



EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

Heliana Baía Evelin Soria¹

Resumo

As raízes da violência e do autoritarismo no Brasil remontam à colonização portuguesa, havendo enorme dificuldade para superação de seus efeitos nas mentes e ações dos grupos sociais detentores de autoridade e dos grupos minoritários, que se fazem receptores de injustiças negadoras de sua condição humana. Os modos de organização e planejamento da realidade obedece a uma lógica advinda da própria necessidade, implicando na construção cotidiana de um ideário sócio-político nem sempre compreendido pela academia, que muitas vezes tem como instrumento de análise teorias advindas de séculos passados e de outras conjunturas, desconsiderando a dinamicidade da história e da cultura.

Palavras-chave: violência; autoritarismo no Brasil; construções culturais; condição humana.

Abstract

The roots of the violence and the authoritarianism in Brazil retrace to the Portuguese settling, having enormous difficulty for overcoming of its effect in the minds and actions of the social groups authority detainers and of the minority groups, that if make receivers of injustices that deny the human condition. The ways of organization and planning of the reality obey a happened logic of the proper necessity, implying in the daily construction of a social political ideas nor always understood by the academy, that many times has as analysis instrument happened theories of last centuries and other conjunctures, disrespecting the dynamics of history and the culture.

Keywords: violence; authoritarianism in Brazil; cultural constructions; human condition.

¹ Doutora. Universidade Federal do Pará. hbesoria@ufpa.br



1. INTRODUÇÃO

... a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou...

Arendt, 1972

As relações de classe devem ser consideradas a partir de suas peculiaridades históricas. Enquanto no século XIX, por exemplo, a Europa e os Estados Unidos da América viviam a Revolução Industrial, no Brasil o único instrumento usado na agricultura ainda era o monjolo, herdado dos colonizadores. O processo tardio de industrialização contribuiu para o consumo acrítico da produção técnica, científica e cultural estrangeira. Um dado exemplar é que, no final do século XIX, enquanto as teorias raciológicas recebiam críticas de antropólogos, entre os quais Boas, que questionavam os estudos anatômicos e etnológicos das raças, no Brasil, Euclides da Cunha utilizava a tese hegeliana de influência do meio geográfico sobre os homens. Somente bem mais tarde, na década de 30 do século XX, Gilberto Freire viria a empregar Boas nos seus estudos sobre a cultura nacional sem, no entanto, estabelecer ruptura com as teorias raciológicas do século XIX.

Muitas insensibilidades nas relações sociais presentes no século XXI foram geradas pela própria Ciência e pela Filosofia que, em determinados momentos históricos, afirmaram e disseminaram, com ajuda de educadores e líderes religiosos, o que lhes parecia verdade. A Ciência e a Filosofia já afirmaram o negro como o mais inferior dentre os homens, a mulher, menos inteligente que os homens, o amor entre pessoas do mesmo sexo como patológico, o criminoso como um indivíduo que pode ser identificado por características corporais.

Em uma sociedade como a brasileira, onde por centenas de anos os donos do poder político, econômico e intelectual inculcaram a ideologia do não questionamento, da conciliação, das relações multirraciais sem conflito, é evidente que o critério econômico só poderá definir as classes e suas relações sociais à luz das determinações multivariáveis que as condicionam. Onde os bens culturais são inacessíveis à maioria dos cidadãos, o reino da violência prevalece pelo desconhecimento de direitos, pela informação sensacionalista, pela exigência de consumo, pelo conflito e desagregação familiar, pelo sentimento de impotência.



2. AS ESTRUTURAS DE PODER

As estruturas de poder erigidas no sistema colonial não conseguiram impedir o aparecimento de representantes característicos do espírito burguês, conforme o demonstra Florestan Fernandes (1976), em sua laboriosa obra sobre a Revolução Burguesa no Brasil. Este espírito burguês, no entanto, não se voltou em defesa do cidadão, como ocorrera com as Revoluções Francesa e dos EUA, mas contra o “arcaico” e o “colonial”, que continuavam presentes desde o Império. A oligarquia atualizou-se, mas não perdeu o seu poder junto a nascente classe burguesa, que podia até opor-se a ela, mas dentro dos limites da convivência pacífica, tal qual ocorrera anteriormente entre escravocratas e liberais.

Noções relacionadas ao controle social do Estado sobre os cidadãos orientam critérios para a determinação de classes sociais dos teóricos etapistas como Rostow que, junto com Parsons (1970), foi utilizado pelos cientistas sociais vinculados aos órgãos do Estado ditatorial brasileiro nas décadas de 60 a 80 do século XX. O estrutural-funcionalismo, que tão bem teoriza e explica a necessidade de controle do Estado para a manutenção da ordem, tem sido, no âmbito das ações, o mais paradoxalmente útil para a concretização até de objetivos políticos que o negam.

A tradição marxista atribuirá à sociedade sem Estado ou comunista a ausência de um poder opressor, inexistência de um aparelho administrativo, substituição das leis pelos costumes, liberdade e igualdade para todos. Constata-se hoje, que nenhuma experiência de sociedade socialista conhecida pode ser traduzida pelos preceitos marxistas. Convém, lembrando Castoriadis (1982), ter presente que não haveria problema do mundo como mundo comum se não houvesse uma infinidade de mundos privados, nem problema de verdade sem diferença de opiniões. É justamente a heterogeneidade que a burocracia, tanto dos países capitalistas quanto dos socialistas, tenta bloquear, lançando mão inclusive de especialistas – ou principalmente deles – que divulgam o discurso científico burocratizado para atender a expectativa de evitar conflitos sociais.



3. A ÉTICA DA CORDIALIDADE

Entre nós, a ética da cordialidade deixa de ser positiva, à medida que é um recurso utilizado para o não questionamento – hábito estimulado na família, na igreja, nas escolas e universidades. Contudo, a extensão da violência instalada hoje no país já não mais permite a continuidade do *mito da cordialidade*.

A violência está generalizada na vida social, podendo uma criança sofrê-la por parte de pessoas pagas para zelar pelo seu bem-estar nos abrigos, creches, escolas, centros de juventude; um doente por profissionais pagos para cuidar-lhe a saúde; um empregado pelo empregador, que não se preocupa em proporcionar-lhe condições para sua reprodução; a mulher pelo marido que, bêbado, aumenta-lhe as agruras cotidianas; o idoso pelos funcionários dos abrigos, na família, no transporte público por pessoas que não se dão conta das limitações biopsicossociais decorrentes do maior tempo de vida; o cidadão pelo Estado, que não respeita a Constituição.

A supressão da consciência, uma noção nietzscheana, que quer explicar a necessidade e o direito que tem o homem à aventura e à imaginação, é negada nas sociedades onde há predominância da violência e interferência do poder na vida privada dos cidadãos. No Brasil, desde a Colônia, o poder tem tratado de dominar e converter. Os líderes de tal política têm os mais variados matizes e pretensões de conversão: ao catolicismo, à ordem, à servidão, à conciliação. Pouco é possível recolher do passado e do presente como exemplos que nos levem à afirmação de uma cultura de respeito aos direitos constitucionais. À época da escravidão, crimes cometidos por senhores e escravizados eram facilmente acobertados por interesses diversos. No diário de viagem de Mary Graham (1956), que esteve no Brasil entre os anos de 1821 e 1824, há o registro do estímulo à criminalidade e à mendicância por parte de “*muitos, de todas as cores*” que, se conseguissem comprar um negro, (...) *punham-se tranquilos a utilizá-los para o seu sustento, não lhes importando que meios usassem para lhes trazer o pão.*” Outrossim, a autora inglesa estranhava o comportamento dos súditos brasileiros que se ajoelhavam à passagem do monarca.

Quando a invasão napoleônica obrigou a Família Real a emigrar para o Brasil, acompanharam-na ideias liberais emergentes na Europa de então, introduzidas na



Universidade portuguesa. Todavia, faltava-lhe tradição na ciência e na filosofia para participar do movimento cultural, a não ser como importador de ideias. O Brasil, portanto, nutriu-se de teorias nem sempre adaptadas à realidade nacional. Os intelectuais tratavam, sobretudo, de atender aos interesses do poder. O ecletismo que permanece até hoje, contribuiu para o emprego muito peculiar e aleatório de ideias, doutrinas e teorias as mais diversas. A cultura do consumo de livros em nosso país tinha a limitação relacionada ao fato de que todas as tentativas de manutenção de oficinas tipográficas foram extintas por ordem da Corte Portuguesa até o início do século referido. Dentre as colônias estabelecidas a partir do século XV nas Américas, o Brasil foi o último a possuir tipografia. Enquanto ao México e ao Peru, a tipografia chegara no século XVI e aos Estados Unidos da América, no século XVII, o Brasil só veio a conhecê-la oficialmente nos primórdios do século XIX, precisamente em 13.05.1808.

A Europa do século XIX, tumultuada política e economicamente, foi geradora de grandes cientistas e pensadores que acabaram por conquistar reconhecimento no resto do mundo. No pragmatismo construído nos EUA, a adaptação social leva em conta, em primeiro lugar, a capacidade do indivíduo de resolver por si mesmo os seus problemas. A este respeito, Andrade (1989) traça um paralelo entre as falas de Getúlio Vargas, na plataforma da Aliança Liberal de 1930 e de Franklin Roosevelt, em plena Depressão: *“Corre-nos (...) o dever de acudir ao proletariado com medidas que lhe assegurem conforto nas doenças como na velhice (...). Tanto o proletariado urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares (...).”* Vargas. *“Não creio que alguém possa receber ajuda do Estado, ano após ano, mês após mês, sem que seu caráter seja, de alguma forma, afetado desfavoravelmente (...) provavelmente, isso vai reduzir a independência de centenas de milhares de famílias (...) Eu vejo isso como um desastre e vou tratá-lo como tal”*. Roosevelt.

Os discursos de Vargas, Roosevelt e Obama (2008) com o *“Yes, we can”* atendem as expectativas dos grupos sociais aos quais se destinam. Daí a importância de profissionais capazes de discutir com os sujeitos de sua ação os significados das teorias que orientam os discursos que movem a sociedade onde estão situados, considerando que o limite das teorias é não apenas a própria complexidade humana, mas a possibilidade de construção de novas teorias ou ressignificação das já existentes. A ausência ou insuficiência de uma



infraestrutura educacional impossibilitou a construção, divulgação e apreensão pela sociedade da produção filosófica e científica gerada a partir de sua própria realidade social. José Bonifácio tomou por orientação a Revolução Francesa em suas teses que subsidiariam o movimento pela independência. Posteriormente, a teoria de maior repercussão na sociedade brasileira foi o positivismo, que encontrou campo fértil para ingresso e excelente propagação no país. É uma teoria conservadora, que prega o progresso com ordem, caminha pelo misticismo e admite ideias sobre a existência de homens *naturalmente fracos* que precisam da direção de homens *naturalmente fortes*. A possível contribuição trazida por Comte (1899) é que estes homens fortes deveriam ser éticos e altruístas. Todavia, o pressuposto de *homens fracos*, foi suficiente, no caso do Brasil, onde negros e índios eram vistos ao nível dos animais de carga, para que os *homens fortes*, ao contrário de éticos e altruístas, encontrassem na doutrina uma justificativa para suas arbitrariedades e autoritarismos. Inúmeros *homens fortes* usavam e usam a doutrina positiva nos seus discursos onde a justiça, amor e fraternidade são palavras-chave. Políticos diversos, independente do partido, ideologia e outros interesses usam-nas com habilidade, servem para justificar falcatruas, ganhar eleições e permanência no poder.

Embora o positivismo seja a teoria que mais fincou suas raízes, sobretudo pelo seu lado mais autoritário, no modo de ser e de agir do brasileiro, em um dado momento, pareceu ao poder que o positivismo poderia se constituir em perigo para o Estado: “*Esta filosofia não vem só perturbar, deturpar, afeiar e aleijar a arte; vem fazer obra mais sinistra e terrível (...)*” Vianna *apud* Lins, 1967. Igualmente, o materialismo histórico, chegando ao conhecimento das autoridades estabelecidas em vários setores da sociedade, causou verdadeiro pânico, sendo citado como “*veneno, chaga, bestialidade, capacidade de empestiar, carunchar e carcomer, distúrbio da inteligência desgarrada da razão, contaminador do organismo social, inoculador do vírus contaminador, câncer que deve ser extirpado.*” Ferreira (1986)

Os governos militares que assumiram a direção do país em 1964 estavam movidos pelo sentimento de medo ao comunismo que, a partir da Revolução Cubana, em 1959, voltou a fazer-se presente como pensamento importante nas reflexões sobre a realidade



nacional, sobretudo, no meio universitário. A ditadura militar assumiu um projeto de violência e arbítrio em nome da ordem e do desenvolvimento econômico e social.

A marca do autoritarismo no Brasil está bem representada pelas suas inúmeras Constituições, que indicam a predominância do Estado sobre o sentimento nacional. A primeira Constituição da República vigorou de 1891 a 1930 inaugurando uma série onde os direitos de cidadania quando estavam presentes não eram nem razoavelmente respeitados e, em muitos momentos, desrespeitados por completo. O liberal Stuart Mill (2010) sentenciava que nenhuma pessoa deveria pretender que as ações fossem tão livres quanto as opiniões. Parece que esta é uma lição muito bem assimilada por políticos, burocratas e religiosos de todo o mundo.

4. RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Fazendo-se uma necessária revisão histórica para situar os sujeitos sociais brasileiros é incontestável que a violência e o autoritarismo dos conquistadores têm a sua permanência mantida pelas instituições religiosas, econômicas, políticas, jurídicas e educacionais, mas também é incontestável que tais forças contaram e contam com a resistência e resiliência da população brasileira, sobretudo da mais pauperizada, em busca das conquistas sociais, embora a historiografia nacional tenha, de vários modos, tratado de atribuir ao povo brasileiro um caráter capaz de suportar sofrimentos e atribulações sem resistência.

Ao contrário de movimentos como a Comuna de Paris que obteve de Marx um registro importante, os movimentos populares no Brasil muito raramente contaram e contam com descrições justas capazes de deixar na imaginação popular uma representação positiva da resistência e resiliência como construções históricas e exemplares para a posteridade.

Como resultado das irmandades religiosas e das corporações de ofício a participação popular no Brasil é bastante peculiar, baseada na camaradagem, no compadrio, na amizade. É, no dizer de Da Matta (1979), a *ética da identidade*. Hoje, as associações do país ainda são, quase sempre, corporações e irmandades que, como outrora, tratam de questões de interesse do próprio grupo, mas eventualmente podem estar unidos em defesa de uma causa mais geral.



Cyrułnik (2001) traduz a resiliência como processo desenvolvido ao longo da vida, implicando na história individual, construída cotidianamente em conjunto com outros seres humanos em contextos afetivos, econômicos, políticos e socioculturais. Trata-se de um longo processo histórico construído e reconstruído por meio de ideias, ações e reflexões inscritas em um contexto específico e compartilhadas de forma coletiva. Neste sentido, a resiliência refere-se à história individual e seus laços com a história social numa rede de relações e de experiências vividas através das gerações, potencializadoras tanto de crises como de busca de caminhos de enfrentamento, superação e fortalecimento.

No Brasil, que ainda busca afirmar-se democrático e de direitos, é possível encontrar, não raramente, pessoas que consideram sofismáticos muitos discursos que pregam o advento de uma sociedade justa, sobretudo quando tais discursos partem de políticos. Estas pessoas muitas vezes preferem silenciar ou falar entre seus pares. O silêncio pode ser uma afirmação de resistência: *“É um silêncio paradoxal – não é um silêncio que fala, é um silêncio que proíbe que se fale em seu nome. E (...) longe de ser uma forma de alienação, é uma arma absoluta.”* (Baudrillard, 1985)

5. CONCLUSÕES

A barbárie do mundo contemporâneo quer negar a totalidade do social. O sujeito individual e os sujeitos coletivos ou mundo privado e mundo comum estão densamente inter-relacionados; experiências, saberes e representações não poderão ser compreendidos sem o entendimento desta dupla via. Os mundos sociais históricos dependem do mundo privado e este não pode dissociar-se daqueles.

Numa sociedade que tem a arbitrariedade como um elemento presente em toda a sua história, os homens tendem a uma deficiência no trato da liberdade. Muitas vezes os movimentos necessitarão ter a sua explicação construída a partir de parâmetros ainda não definidos cientificamente. Há de se estar atento para a organização que se dá para a realização de atividades de lazer, religiosidade, habitação, educação, tratamento de saúde, etc. As evidências históricas podem explicar o desenvolvimento das sociedades e a



resistência e resiliência dos indivíduos às situações que lhes foram e são postas pela economia e pela política.

Embora, o estudo da resiliência ser embrionário no Serviço Social brasileiro, cabe a investigação desse construto no exercício profissional do assistente social, que tem a extraordinária oportunidade de ouvir histórias de vida, de luta e resistência no enfrentamento dos mais diversos problemas nos vários espaços da política social. Admitir as potencialidades do ser humano em pensar sobre a sua vida e planejar o seu futuro é um exercício ético que exige do profissional a desconstrução de algumas crenças e conceitos, principalmente, a de considerar o indivíduo em situação de vulnerabilidade social como subalterno e excluído, homogeneizando a história, desconstruindo as diferenças.

As divergências entre as nações não pode impedi-las, para a própria sobrevivência do planeta, que discutam e encontrem resposta mundial para problemas mundiais. A salvaguarda das culturas e da qualidade de vida está em pauta quando o mundo caminha velozmente para um processo de globalização econômica. A cultura foge ao cálculo e, assim como os problemas sociais, não pode ser reduzida à dimensão econômica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Régis de Castro. **Política e Pobreza no Brasil**. Revista Lua Nova. São Paulo, nº19, p. 107-121,1989

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva,1972.

BAUDRILLARD, Jean. **À Sombra das Maiorias Silenciosas – o fim do social e o surgimento das massas**. Trad. Suely Bastos, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. Guy Reynaud. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CYRULNIK, Boris. **Resiliência, essa inaudita capacidade de construção humana**. Lisboa: Ed. Horizontes Pedagógicos; 2001

COMTE, A. **Apelo Aos Conservadores**. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil,1899



DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis – por uma Sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio e interpretação sociológica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, J.R.M. **Os Novos Bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo: PUC, dissertação de Mestrado. digitada. 1986

GRAHAM, Mary. **Diário de uma Viagem ao Brasil**. Rio de Janeiro. Cia Editora Nacional. 1956

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

OBAMA, Barack. **Discurso na íntegra no Grant Park em Chicago (Illinois) para mais de 100.000 pessoas na terça-feira 4 de novembro de 2008**. Tradução de Gabriela Manzini para Folha de São Paulo. estrategiaempresarial.wordpress.com/.../discurso-da-vitoria-de-barack-hussein-obama-na-integra/ Consulta em 7 de novembro de 2008

PARSONS, Talcott. **The Social System**. Londres: Rout' Ledge e Kegan Paul, 1970.

STUART MILL, John. **Sobre a Liberdade**. Lisboa: Edições 70, 2010. Colecção Textos Filosóficos.